

As teorias da prática e a institucionalização da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015) em uma rede educacional

Gisely Tatiane Fernandes Kil (IAP) - giselykil@gmail.com

Lídia Cunha Soares (IAP e UFPB) - lidiacsoares@gmail.com

Resumo:

O objetivo deste estudo é compreender a institucionalização da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015) em uma rede educacional por meio da Teoria das Práticas. A rede educacional, de natureza confessional, vem vivenciando as transformações para implantação da nova lei. Buscamos a Teoria Institucional para compreender como o poder coercitivo tem sido manifesto para a implantação da Lei, que garante atender alunos portadores de deficiência, independente do grau de deficiência. E utilizamos da Teoria da Prática a fim de perceber como será a adaptação das instituições quanto aos novos processos e atividades que resultarão da implantação dessa lei. As duas abordagens teóricas podem se tornar fontes importantes para a compreensão da prática, logo que será possível compreender a prática de fora por meio da compreensão do ambiente institucional. E por dentro, por meio da Teoria das práticas. Acreditamos que a implantação da lei ser uma questão de justiça social, inclusive muito mais que legal, garantindo o direito a inclusão, ou seja, um direito humano básico. Mesmo assim, tal fato não torna a implantação mais fácil nem diminui os conflitos decorrentes.

Palavras-chave: *Teorias da prática. Teoria Institucional. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Inclusão educacional*

Área temática: *GT-15 Teorias da Prática e Diferentes Formas de Organizar: Aspectos Teóricos, Metodológicos e Empíricos*

As teorias da prática e a institucionalização da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015) em uma rede educacional

Contextualização

O vocábulo “prática” popularizou-se nos estudos científicos, especialmente nos estudos organizacionais e na administração (NICOLINI, 2013; ANTONACOPOULOU, 2015). Tal fenômeno, foi impulsionado pelo advento do movimento que ficou conhecido como “practice turn” (Schatzki, 2001) ou “re-turn to practice” (MIETTINEN; SAMRA-FREDERICKS; YANOW, 2009). De acordo com Antonacopoulou (2015), a prática adquire diferentes nomenclaturas de acordo com o teórico, para a autora, o que Bourdieu chamou de “ação”, Turner chamou de “estrutura” - língua, símbolos, ferramentas, Engeström denominou “sistema de atividade”, Lave e Wenger denominou “contexto social” e Gherardi de “saber”, correspondem ao mesmo fenômeno, que podemos chamar “prática”.

Todavia, apesar de existirem tantas variantes sobre a “prática”, os pontos comuns são ainda mais relevantes. Desses, as principais a constantes parecem ser estudos que buscam descrever aspectos culturais em nível micro e macro. Assim como, a negação das rupturas entre mente/corpo, ator/estrutura, humano/não humano encontradas na sociologia clássica. E, sua natureza processual e dinâmica. Da mesma forma que não existe um significado único para ao vocábulo, também não podemos falar “uma teoria” única, mas em um conjunto de teorias que estudam os fenômenos como uma prática (GHERARDI, 2000; 2006; MIETTINEN; SAMRA-FREDERICKS; YANOW, 2009; NICOLINI, 2013). A esses estudos, denominou-se Estudos baseados em prática – EBP (para uma melhor compreensão histórica ver Bispo 2013, Azevedo 2013, Gherardi, 2012).

Gherardi (2014) levanta a importância de diferenciarmos “prática” de “rotina” ou mesmo desvincular o termo “prática” como um equivalente genérico de “o que as pessoas realmente fazem”, sem levar em consideração a ligação entre a prática e o conhecimento (fonte geradora de conhecimento) e os problemas metodológicos que sua utilização implica. Estudos baseados em prática se concentram no interesse comum de compreender a produção e ou consumo do conhecimento e seu circuito de reprodução. Tanto na linguagem científica quanto na linguagem comum, o termo “prática” refere-se a uma diversidade de campos semânticos e apesar disso possui vantagem por ser um termo flexível, que pode ser colocado em vários usos e empregado para denominar muitos aspectos da realidade fenomênica em estudo. O desafio é recuperar o conceito da prática dentro dos estudos organizacionais é avaliar se possível considerar o conjunto de todos os aspectos na sua ocorrência fenomênica e na sua temporalidade.

Gherardi (2013) afirma que existem pelo menos duas formas de se compreender a prática e essas duas definições causam certa confusão, sendo elas: as práticas identificadas com regularidades ou semelhanças entre as atividades dos grupos sociais que levam à domesticação dos estudos baseados em prática, onde as práticas se confundem com as atividades e seu esforço produtivo; práticas caracterizadas em termos de relatabilidade normativa de vários desempenhos, à qual torna possível significar tanto a produção do mundo quanto o resultado dessa produção. As práticas não podem ser vistas como simplesmente como padrões recorrentes de ação, mas padrões recorrentes de ação socialmente sustentada. Nesse sentido a prática é um conceito analítico que permite a interpretação de como as pessoas realizam o ser no mundo ativo.

Por sua natureza dinâmica e espontânea, ao serem reconhecidas, negociadas e sustentadas as práticas são institucionalizadas. Assim, reconhecida por uma coletividade ou por um grupo de trabalho. Mas, também, podem ser decorrentes de institucionalização.

Quando atores externos impõem a determinado contexto a adoção de uma nova prática que vem a substituir o lugar de outra, gerando novas negociação e decorrente sustentação (GHERARDI, PERROTTA; 2011).

Isto posto, tem-se adotado tradicionalmente a teoria institucional e neoinstitucional para o estudo dos processos de institucionalização. Estas buscam compreender e explicar fenômenos organizacionais, o poder coercitivo, as ações socialmente legitimadas e os resultados desses processos. No contexto organizacional, marcado por fácil aderência a novos e “bem sucedidos processos” pradonizados, não é difícil impor a outros contextos a institucionalização de práticas, busca-se a previsibilidade e a diminuição da complexidade, esses motivos apresentaram-se como espaço para os que advogam tal teoria (PEREIRA, 2012).

Pode parecer contraditório utilizar teoria da prática e teoria institucional em um mesmo estudo. Mas segundo Gherardi e Perrotta (2011) com a existência de problemas empíricos em que a institucionalização é motivada por forças externas, torna-se aceitável que as teorias busquem explicar determinados contextos e apresentem agendas comuns de pesquisa. E, que, sendo o contexto afetado por forças externas – no caso, o cumprimento a uma lei - tornou-se indispensável a utilização da teoria institucional para uma melhor compreensão do ambiente institucional e do impacto causado em contexto estudado.

Ressaltamos que, esta visão também propicia um estudo completo da prática, vista de dentro (inside) e de fora (outside), como recomenda Gherardi (2012). Tradicionalmente, os estudos sobre pratica consideram principalmente mudanças endógenas, que emergem das transformações cotidianas em determinado grupo profissional. Neste estudo, discutimos também mudanças exógenas, decorrentes do ambiente institucional e como elas impactaram o contexto provocando mudanças internas (GHERARDI, PERROTTA; 2011).

O objetivo deste estudo é compreender a institucionalização da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015) em uma rede educacional por meio da Teoria das Práticas. Os objetivos específicos são: i) conhecer as forças coercitivas que motivaram a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015); ii) identificar as transformações físicas, sociais e laborais existentes nas organizações educacionais após a entrada em vigor da Lei 13.146/2015; iii) apresentar a percepção das famílias de alunos (pessoa com deficiência e não) sobre a Lei 13.146/2015.

A Lei 13.146/2015 entrou em vigor no início de 2016, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015). Apesar do histórico debate, as escolas da rede privada não estavam preparadas para exercício da lei o que acabou causando desconforto e adoção de medidas emergenciais para o cumprimento da norma. Assim, a nova lei, em ambiente educacional impacta todo o contexto, os grupos de trabalho (professores, coordenação pedagógica, demais funcionários), alunos, pais de alunos, a aula, o processo de ensino-aprendizagem, o ambiente físico, entre outros.

De acordo com Mantoan (2016), a inclusão é uma possibilidade para o aperfeiçoamento da Educação Escolar e o seu resultado seria um benefício para todos os alunos independente de ter ou não deficiência. A inclusão de todas as crianças extrapola a simples inovação educacional, uma vez que implica no reconhecimento de que cada pessoa tem sua implacável diferença, ou seja, as diferenças existem, e justamente nesse mistério do aprender e a aventura do conhecimento, a igualdade é inventada e a valorização das diferenças impulsiona o progresso educacional.

É do nosso conhecimento a importância da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assim, o artigo teórico não representa uma crítica a Lei, mas visa apresentar os impactos causados no contexto pela força de sua implantação. Este artigo é parte inicial de um Trabalho de Conclusão de Curso da graduação de Administração e representa um esforço no sentido de difundir os Estudos baseados em prática em nível de graduação.

Resultados esperados

A rede educacional é de natureza confessional, busca a educação integral e de qualidade, valorizando os princípios éticos e valores cristãos. Oferece da educação infantil ao ensino superior. Tem mais de cem anos de existência e se consolidou pela credibilidade que conquistou ao longo dos anos. De forma mais específica, estão sendo pesquisadas uma escola e dois colégios no Norte do Paraná. O acesso a instituição e aos dados, foi possível logo que as autoras desta pesquisa são funcionais desta rede.

Ressaltamos que, pela filosofia educacional da rede pesquisada a inclusão é um valor assumido como discurso e prática. Contudo, tem sido observado que a rede têm vivenciado os impactos provocadas pelas mudanças advindas com nova lei.

Esperamos como resultado deste estudo compreender a institucionalização da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015) em âmbito educacional por meio da Teoria das Práticas. No que se refere a conhecer as forças coercitivas que motivaram a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015), esperamos entender, ainda em nível teórico, por meio de dados secundários, conhecer as pressões sociais que motivaram a lei, espera-se descobrir o engajamento de educadores, famílias de Pessoas com deficiência, ongs, instituições sociais, que se envolveram no debate para a aprovação da lei. Esperamos compreender as razões éticas, morais e sociais envolvidas. No que se refere a identificar as transformações físicas, sociais e laborais existentes nas organizações educacionais após a entrada em vigor da Lei 13.146/2015, esperamos ouvir professores, diretores, coordenadores pedagógicos, demais funcionários para identificarmos o que aqui estamos chamando de “transformações”. Estas representam as adaptações físicas (mobiliário, livros, programas de computadores e demais artefatos) adquiridos ou utilizados para facilitação da inclusão na escola. Assim, como esperamos identificar as transformações das sociais da ocasionadas na organização, como percepção dos professores sobre a predisposição dos alunos veteranos, sobre a inclusão na escola. Esperamos também descobrir as transformações laborais objetivas e tácitas que as mudanças causaram, a preparação feita com os professores e entre outros. E, finalmente, esperamos identificar a percepção das famílias de alunos (pessoa com deficiência e não) sobre a Lei 13.146/2015, esperamos identificar a percepção por parte dos pais de alunos veteranos e senso de justiça por parte dos pais de alunos com deficiência. De modo geral, acreditamos que apensar de existir práticas discursivas de inclusão, vamos observar práticas sociais de inserção.

Conclusões

O objetivo desse estudo é compreender a institucionalização da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015) em uma rede educacional por meio da Teoria das Práticas. A prática social corresponde a um saber-fazer coletivo que adquire sentido em um contexto situado. Corresponde ao exercício cotidiano da ação social, repetida muitas vezes até que seja socialmente reconhecida, negociada e sustentada. Traduzindo uma maneira de organizar o mundo e de reproduzir a sociedade. As teorias da prática demandam maior compreensão por parte dos pesquisadores de uma série de

elementos organizacionais, assim fornecem caminho seguro para compreender a implantação da lei em contexto educacional.

O estudo também representa o esforço de pensar os EBP de forma micro e macro, o que sugere que embora a prática seja tradicionalmente estudada por dentro, deve-se buscar estudá-la por fora, o que apresenta uma lacuna para o estudo em um contexto institucional, melhor dizendo, como o contexto institucional impacta a prática vigente. No caso mais específico, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência impacta uma rede educacional. E quais as transformações existentes para o cumprimento da lei.

Finalmente, compreendemos que estudar uma lei que trata de inclusão de Pessoa com Deficiência em um contexto educacional é um tema delicado, mas face a oportunidade e a percepção dos conflitos existentes com a entrada em vigor da lei, seria impossível “fecharmos aos olhos” a tal ambiente complexo e desafiador. Refletir e teorizar sobre o contexto permiti-nos não só conhecer melhor seus desafios e perspectivas, mas contribuir com a formação humana, cidadã e científica. Acreditamos que apesar da implantação da lei ser uma questão de justiça social, inclusive muito mais que legal, garantindo o direito a inclusão, ou seja, um direitos humano básico, isso não torna sua implantação mais fácil nem diminui os conflitos decorrentes.

Referências

ANTONACOPOULOU, E. One More Time: What Is Practice? **Teoria e Prática em Administração**, v. 5, n. 2, p. 1-26, 2015.

AZEVEDO, D. Aprendizagem Organizacional e Epistemologia da Prática: Um Balanço de Percurso e Repercussões. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social – RIGS*, v.2 n.1, 2013.

BISPO, M. de S. Estudos baseados em prática: conceitos, história e perspectivas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v.2, n.1, pp.13-33. 2013.

BISPO, M. de S. O Processo de organizar em agências de viagens: influências estéticas, etnometodológicas e práticas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 8, p. 161, 2014.

GHERARDI, S. How to conduct a practice-based study: problems and methods. Cheltenham: Edward Elgar, 2012. pp. 155 – 177.

GHERARDI, S. **Organizational knowledge**: the texture of workplace learning. Oxford: Blackwell, 2006.

GHERARDI, S. Practice-Based Theorizing on Learning and Knowing in Organizations. **Organization**, v. 7, n. 2, p. 211-223, 2000.

GHERARDI, S. Prática? É uma Questão de Gosto! **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v.2, n.1, pp 107-124, 2013.

GHERARDI, S.; PERROTTA, M. Egg dates sperm: a tale of practice change and its institutionalization. **Organization**. n. 18 v. 5, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Uma Escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. Departamento de Metodologia de Ensino Laboratórios de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED. 2016. Acesso em 9 de jun, 2016.

http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/uma_escola_de_todos.htmMIETTINE N, R., SAMRA-FREDERICKS, D. ; YANOW, D. 'Re-turn to practice: na introductory essay', *Organization Studies*, v. 30, n.12, p. 1309-1327, 2009.

NICOLINI, D. **Practice Theory, Work, & Organization**: an introduction. Oxford: Oxford University Press. 2013.

PEREIRA, Fernando Antonio de Melo. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Revista Organizações em Contexto-online**, v. 8, n. 16, p. 275-295, 2012.

SCHATZKI, T. R. Introduction: practice theory. In Schatzki, T. R., Knorr Cetina, K., Von Savigny, E., (eds.) **The Practice Turn in Contemporary Theory**. New York: Routledge. 2001. pp.01-14.

YANOW, D. Seeing Organizational Learning: A 'Cultural' View. *Organization*, v.7, n.2, p. 247 – 268, 2000.